



# HUMOR EM TEMPOS DE CHUMBO: UMA ANÁLISE DA CENSURA DURANTE A DITADURA MILITAR ATRAVÉS DAS CHARGES PUBLICADAS EM PERIÓDICOS DE CIRCULAÇÃO EM PERNAMBUCO

Romulo Gabriel de Barros Gomes<sup>1</sup>

Marcília Gama da Silva<sup>2</sup>

Ridendo dicere severum<sup>3</sup>

(Friedrich Nietzsche – Ecce Homo)

## RESUMO

Este estudo tem como recorte temporal um conturbado período da história brasileira, a ditadura militar e, para trabalhá-lo, adota o foco da história cultural do humor. Tendo como objeto as charges publicadas em periódicos que circularam em Pernambuco durante o período de 1964-1985, período do estado de exceção no país. O conteúdo das charges é analisado em paralelo com os conteúdos dos prontuários, existentes no acervo do DOPS-PE. Analisando também os textos jornalísticos, *a priori* desprovidos de conteúdo humorístico, com o intuito de inferir quais críticas foram feitas por meio das charges acerca de acontecimentos políticos noticiados e, sobretudo analisar o crivo dos censores sobre esta forma de expressão que constituiu uma válvula de escape aos mecanismos repressivos do regime. Para embasar tal discussão, o estudo contará com análise das obras que refletem sobre a teoria e a história do humor e do riso, sobre a rede de informação e segurança, bem como, a análise documental referente ao objeto. Para além da própria discussão sobre o período, o desenvolvimento do trabalho resulta na elaboração de um banco de dados remissivo, o que contribui com o processo de preservação de tal acervo e amplia as possibilidades de acesso e discussão da academia à tais fontes.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Humor. Imprensa. Regime de Exceção. Repressão

## ABSTRACT

This paper has as temporal frame a troubled period of the Brazilian history, the military dictatorship and, to work with this, it adopts the focus of the cultural history of the humor. Having as object the cartoons published in the newspaper circulated in the Brazilian state of Pernambuco in the years of 1964-1985, period of the regime of exception in the country. The subject of the cartoons is analyzed with the subject of the news *a priori* without humoristic traces, with the object of infer which were the critics made by the cartoons about the politic facts noticed and, principally, analyze the sieve of the censors about this expression way which constitute a escape valve from the repressive mechanisms of the regime. To base this discussion, this work will count with the analyzes of the works that reflect about the theory

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – Bolsista PIBIC-CNPq/UFRPE – e-mail: barros\_romulo@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco – Professora Adjunta do Departamento de História – UFRPE – e-mail: marciliagama@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Dizei as coisas sérias rindo – tradução nossa





and history of the humor and the smile, about the information and security net, as well as the documental analyzes referring to the object. For beyond the discussion about the period, the development of this work results in the elaboration of a database which one will contribute with the process of preservation of this documental collection and will amplify the possibilities of access of the academy to this sources.

**KEYWORDS:** History of the Humor. Press. Regime of Excpetion. Repression

## 1. INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar implantado no país de 1964-1985 foi marcado pela constituição de um estado de exceção sem precedente na história do país, fruto de uma instabilidade política, econômica e social. O Brasil passava por um grande problema financeiro e econômico, a inflação chegava aos 90% (COUTO, 2003), e ainda vivia uma crise institucional e de governabilidade que se arrastava desde o governo de JK. Esse clima favoreceu todo o doutrinamento ditatorial. As disputas políticas entre ideologias de direita e esquerda levaram à construção do estado de exceção no Brasil. O medo do iminente comunismo levou os segmentos conservadores do Brasil a um temor desse novo sistema (ALVES, 1984).

Em 13 de dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva, é editado o Ato Institucional nº5 – O AI-5 – tendo inaugurado o momento mais truculento do período militar. É a partir do ano de 1969 que a sociedade como um todo e, especialmente, a imprensa sofrem mais com a censura. Neste momento, criou-se um aparato repressivo por meio da reestruturação de órgãos públicos e a implantação de macroestruturas tais como o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – e o SNI – Serviço Nacional de Informação. Tendo a imprensa se constituído como um dos alvos monitorados por tais órgãos devido à seu papel esclarecedor, noticioso, informativo e, no caso das charges, pela irreverência, pelo aspecto jocoso como eram tratados os temas recorrentes do cotidiano social da época.

É neste contexto que o humor se destaca como uma ferramenta poderosa na máquina social. É sob o salvo-conduto do humor que se pode falar de assuntos reprimidos e condenáveis numa sociedade e num estado de exceção como o foi no período do regime militar no Brasil. O duplo sentido, a ironia, o sarcasmo são expedientes lançados pelo humor para driblar a proibição, fazer de tolos os que o tolhem, pactuar com o receptor e lhe provocar o riso.

Embora o humor seja um importante traço na formação da personalidade humana e – por conseguinte – do *ethos* de uma sociedade, durante muito tempo ele fora relegado ao esquecimento ou ao descaso pela historiografia. “Foi apenas recentemente que estes



historiadores, considerando o humor como uma chave para compreender os códigos culturais e as percepções do passado, passaram a se interessar pelo tema”. (BREMNER E ROODENBURG, 2000, p.11). No entanto, o humor e o riso ainda permanecem sob um véu espesso no que diz respeito a muitos de seus aspectos e em diversos períodos da história.

Com a imprensa censurada, artistas exilados, ameaças constantes, o governo militar tentou a todo custo ceifar a crítica e para isso não mediu esforços. Mas mesmo com todo aparato informacional, constitucional e institucional promovido pela rede de órgãos de Informação e segurança empregado nesta tarefa, não foi possível impedir que as críticas e manifestações contrárias ao regime viessem a público. Foi, dentre outras coisas, se fazendo valer dos artifícios humorísticos que muitos protestaram e condenaram as práticas do regime. E este será o objeto deste estudo: o humor e a arte na imprensa como escape da repressão estatal.

Pretende-se dialogar de forma dialógica com memórias, esquecimentos e silenciamentos, impressos na análise e no crivo dos censores às charges e produções intelectuais do período, veiculadas nos jornais de época. Identificando a diversidade de olhares produzidos à luz de uma orientação voltada ao combate à subversão em nome da segurança nacional, possibilitando um fazer historiográfico pautado no estudo das fontes primárias, proporcionada pela análise da *Imprensa Censurada* materializada nas charges apreendidas e nas várias formas de expressão, adotadas pelos segmentos diferenciados da imprensa, nas produções das esquerdas, e nas propagandas produzidas pela imprensa alternativa, enquanto lugar(es) de embates sociais.

A partir disso e em consonância com o que dispõe o art. 216 da Constituição Federal de 1988, sobre patrimônio cultural; através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, sobre proteção do patrimônio; e o eixo 4, item 4 das deliberações da 1ª. Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco que recomenda “... mapear, registrar, tomba e preservar o patrimônio histórico arqueológico documental material e imaterial”, é que se ancora o presente trabalho de inventário dos documentos pertinentes à Imprensa de Pernambuco, dando continuidade ao trabalho iniciado no acervo DOPS-PE desde 1997, uma parceria com o Arquivo Público do Estado – APEJE-PE e a imprescindível participação da FACEPE, contando também com o apoio da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O trabalho realizado tem como mote salvaguardar a memória gestada pelo aparato policial-militar, bem como sua trajetória no poder, trazendo à tona um acervo extremamente representativo das práticas repressivas impetradas contra vários segmentos da sociedade, traduzidas em censura, vigilância permanente, prisão, castigo e enquadramentos dos considerados subversivos e passaram a viver sob a égide de um poder autoritário, castrador



das liberdades e extremamente atento as “anomalias” que porventura aparecesse na sociedade, passando a ser da alçada da órbita policial e dos quartéis.

Assim, a pesquisa se traduz numa tentativa de revisitar memórias múltiplas e histórias imbricadas numa rede de relações sociais que identifica e classificam os anos de chumbo e os porões da ditadura, dando vozes aos discursos silenciados e as narrativas censuradas.

Nosso trabalho tem como objetivo proporcionar o aprendizado, a preservação da memória e a disseminação de um conhecimento antes restrito aos porões da ditadura. Conhecer mais sobre a memória recente que envolve um período significativo da história brasileira é o que nos leva a pesquisar sobre os anos de 1964 a 85. Analisar como funcionava a rede de informação e segurança (SILVA, 2007), a censura imposta à imprensa assim como o conteúdo dos jornais apreendidos, e, sobretudo as charges, norteiam o nosso plano de trabalho.

As fontes documentais disponíveis no APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Acervo DOPS-PE e no setor de periódicos referentes ao período se traduzem num manancial de informações que mostram como agiam os censores, o que eles censuravam e qual o argumento que utilizavam para impedir a veiculação nos jornais de Pernambuco, conteúdos considerados subversivos ou que atentavam contra o governo.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O material pesquisado faz parte do acervo da DOPS-PE e da Hemeroteca, ambos do Arquivo Público e se compõe de periódicos alternativos de esquerda, jornais de grande circulação em Pernambuco e, sobretudo *as charges*. As iconografias relacionadas às ideias de cunho subversivo produzidas ou apreendidas pela polícia, encontradas nos prontuários funcionais e individuais, vêm sendo analisadas quanto à sua temporalidade, contexto e significado. A metodologia aplicada nesse trabalho se divide em duas etapas:

Na primeira, se dá o levantamento e seleção de prontuários referentes ao período e assunto estudado; tais documentos são fotografados ou digitalizados em alta resolução, tratados por meio de um software apropriado (Adobe Photoshop), garantindo bom nível de conservação e visualização da imagem. Após isso, as imagens são organizadas em fichas diagnósticas, fazendo-se uma descrição minuciosa a respeito da localização espacial, do conteúdo, entre outras características do documento, como: a) título; b) data; c) a origem de sua produção; d) o conteúdo sucinto do que ele apresenta; e) as condições físicas do suporte;



f) a localização de originais; h) notas, observações e contextualização histórica da fonte documental, bem como a autoria das charges.

Na segunda etapa, desenvolve-se a análise principal desta pesquisa, uma vez que é através dela que se realiza a contextualização das imagens, sua produção, a partir das informações apreendidas por meio do estudo iconográfico. Isto é, trata-se de uma análise teórica que se reporta às informações implícitas e explícitas nas imagens que dizem respeito à sua gênese e trajetória, bem como, a sua temporalidade e significado histórico, o que consiste em desconstruir o discurso imagético, procedimento este que traz a tona as formas de produção desta imagem, a compreensão da temporalidade histórica do documento, assim como também a análise da ideologia presente naquele artefato.

### 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

O primeiro dos resultados alcançados no desenvolvimento de tal processo de pesquisa é a já dita catalogação do acervo sob a guarda do APEJE-PE. A partir de tal trabalho, cria-se um banco de dados remissivo. O que facilita a preservação de tais documentos, bem como o acesso da academia a tais fontes.

Para além do banco de dados, a própria discussão sobre o período, ainda repleto de fatos pouco esclarecidos, é vista como um resultado deste trabalho. Sabe-se que por se tratar de um período muito recente na História do Brasil, a produção do conhecimento viabilizado pela pesquisa, irá contribuir na discussão sobre a repressão e o cerceamento da liberdade de expressão próprio de um regime autoritário. As imagens pesquisadas remetem ao público a face oculta e intolerante da política imposta ao país em 1964. No material selecionado do acervo do DOPS-PE, podem-se encontrar os elementos que caracterizam a subversão calcada na vigilância às expressões contrárias ao regime militar. Assim, figuram as charges como canais de crítica humorística ao regime.

#### 3.1. E QUE TIPO DE HUMOR?

Antes de tudo, é necessário que se saliente que o objeto deste estudo não é todo e qualquer tipo de expressão de humor. É mister que se elenque as duas formas básicas desta expressão trazidas por Sigmund Freud (1987) em seu texto intitulado “Os chistes e sua



relação com o inconsciente”. Nele, Freud irá distinguir pelo menos dois tipos de humor: o inócuo e o tendencioso.

No primeiro caso, o riso adviria tão somente da quebra da linearidade de uma situação costumeira, da surpresa causada pelo rompimento da fixidez habitual. Tomemos como exemplo o riso provocado pelo palhaço que irrompe de uma caixa e provoca o riso de quem o vê. Neste caso, não se riu das cores da caixa, das características bufônicas do personagem que surgiu dela, ou mesmo de qualquer outra fator que não do susto que a criatura provocou. O susto funcionou como gatilho para o riso. Não se esperava tal reação do objeto e, por tanto, riu-se.

Como se pode ver, o humor inócuo é desprovido de elementos mais sofisticados. Diferente do tendencioso, este sim, aqui tomado como centro da análise. O humor tendencioso toma, para além da já tida quebra da linearidade de uma situação, uma série de ferramentas para provocar o riso, ou camuflar suas intenções para que somente uma audiência muito específica possa compreender o chiste. São exemplos de tais ferramentas, a ironia, o sarcasmo e o duplo sentido. O riso, neste caso, é a ratificação do entendimento. É a relação de pacto entre o autor e o receptor. O primeiro faz-se valer de seu conhecimento compartilhado – ou não – com seu público alvo para fazê-lo rir ou ignorar sua piada, se for o caso, acreditando que esta não faça sentido. Assim, acreditamos ser o humor tendencioso, mais especificamente as charges, um importante mecanismo pelo qual seria possível criticar o regime e burlar a censura. Pelo qual seria possível não fornecer informações aos censores, mas sim aos leitores.

Tais informações devem ser partilhadas também pelo historiador que, caso as ignore, estará desperdiçando as potencialidades de tais documentos. Por isso, antes de acessar tais fontes, faz-se necessário uma imersão nos fatos políticos do período tal como atesta Boris Kossoy (1989) no trecho que se segue:

Tratam-se de etapas encadeadas em um conjunto de operações lógicas tendentes a fornecer ao pesquisador o maior número de informações objetivas quanto aos próprios documentos, as quais serão tanto mais seguras quanto mais denso for o seu preparo individual, sua bagagem cultural, sua experiência com a informação visual. (KOSSY, 1989, p.12)

Além de tudo, mais um adendo acerca da teoria freudiana é necessário, segundo ele, a personalidade humana é constituída de três instâncias fundamentais: o id, o ego e o superego. Atribuimos o humor inócuo à vazão desta primeira instância. É no id que repousam as pulsões fundamentais do indivíduo: fome, desejos sexuais, por exemplo. Tais pulsões são, em sua maioria inconscientes, assim como o riso provocado pelas manifestações inócuas. O humor tendencioso, por sua vez, atribuimos às pulsões residentes na segunda instância, o ego. Este, por sua vez, armazena pulsões um tanto mais conscientes, o que se assemelha ao riso também





consciente provocado pelo chiste tendencioso. As pulsões das duas instâncias passam, antes de o indivíduo as saciar ou reprimir, pelo crivo da última instância, o superego. Este representa algo como um pai interior, é o que proíbe, o que faz com que se respeite as regras e conveniências estabelecidas pela vida em determinada sociedade.

Todas estas instâncias são desenvolvidas com o curso de uma vida em sociedade, não são inatas. As características destas instâncias sociogenéticas da personalidade variam de sociedade para sociedade. Segundo o teórico francês Michel Foucault (1998), o corpo e, por conseguinte, as atitudes do indivíduo, são reguladas pelas normas estabelecidas pelos diligentes de uma sociedade segundo seus interesses. Haveria assim, uma curva de normalidade permitindo ou negando as ações do indivíduo num dado contexto social, tal qual o que Freud chama de superego. Dado isto, é necessário que se lembre que há maneiras de se burlar tais mecanismos normativos e flexibilizar a curva de normalidade imposta, de se superar as proibições do superego. O humor acredita-se que seja uma delas. É como se a linguagem humorística desvinculasse a informação do chiste da proibição social conferindo-lhe, assim, algo como um salvo-conduto.

### 3.2. CHARGES: TESTEMUNHAS EM POTENCIAL

É sob o salvo-conduto proporcionado pela forma de expressão humorística que se pode falar de assuntos socialmente reprimíveis. O humor, e particularmente, a charge guardam em si este potencial. Para além das já mencionadas, esta forma de expressão se utiliza de uma outra ferramenta, a caricatura. Joaquim da Fonseca (1999) a conceitua como

[...] a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco. É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato. Na maioria das vezes uma característica saliente é apanhada ou exagerada (FONSECA, 1999:17 *apud* SILVIA, 2009:2)

Reside aí, nesta distorção da realidade observável dada através do que ele chama de “aspecto ridículo ou grotesco” a chave para o sucesso das charges em seu papel de válvula de escape das críticas pulsantes do inconsciente coletivo da época. É com essa distorção que se faz com que não se perceba, a princípio, o vínculo da crítica contida no desenho com a realidade. É num segundo momento, após acessar a carga de informações mencionadas quando tratei do pacto autor/receptor que é possível estabelecer a relação entre caricatura e a crítica social.





A charge, mesmo caricatural e muito embora que distorcendo a realidade observável, constitui uma representação desta realidade, esta segundo Roger Chartier (2002), tem a potencialidade de “tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que a olha” (CHARTIER, 2002, p. 165, grifos nossos). A charge quanto representação, é por tanto uma maneira de se acessar estas informações do passado e, sendo assim, ausentes. Mas que se faça a ressalva: as charges, assim como todas as imagens, não contêm significação autônoma e não depõe por si. Cabe à sensibilidade do historiador – o sujeito que olha – desenvolver tal interpretação.

### 3.3. UMA BREVE ANÁLISE DO CORPUS DOCUMENTAL

A ditadura civil-militar brasileira foi uma ditadura singular, o que é facilmente observável em contraste com as outras ditaduras do período. Esta não teve seu poder concentrado num líder, mas em instituições. O estado de exceção, bem como seus objetivos, foram muitas vezes reformulados e contestados dentro da alta cúpula das forças armadas. É possível que se fale em “golpes dentro do golpe” como atesta Couto (2003), é possível que se veja a alternância de uma “linha dura” e uma moderada nos 20 anos de vigência regime. Tais vicissitudes podem ser sentidas na forma como o regime foi criticado nas charges e em como a censura abordou tais críticas.

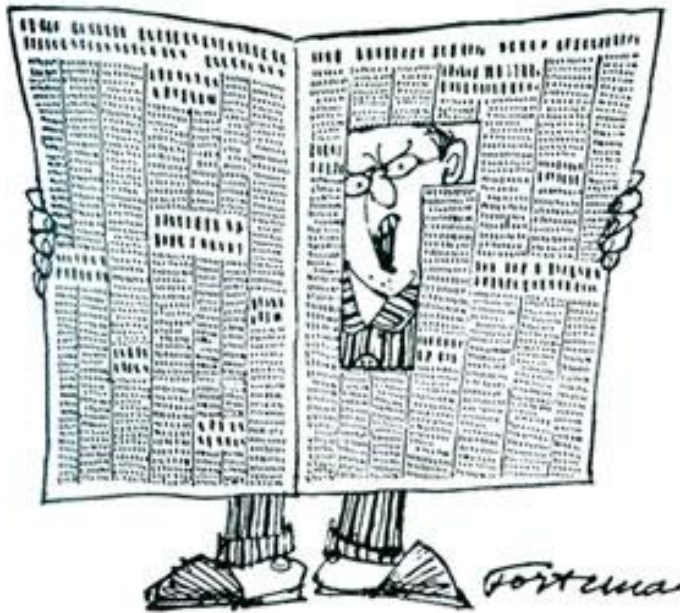
O fato de encontrarmos correntes contrárias no interior do exército no período pós-1964 debita a existência de diferentes leituras do significado de República, da relação com a sociedade civil e de seu próprio papel, que se refletem na diversificação dos métodos empregados no controle da produção artística e das diversões públicas. Dessa forma, podemos observar diversos tipos de censura [...] (BERG, 2002: 16)

Tais divergências comentadas por Creuza Berg gerariam alterações da curva de normalidade e possibilidades de contorno da repressão do superego podendo ser sentidas conforme a modificação das estruturas de poder durante o regime de exceção. É o que se observa com a análise de algumas das imagens que se seguem.

A princípio analisa-se a charge do cartunista Fortuna datada de 1966, ou seja, antes do endurecimento do regime, anterior à implementação do Ato Institucional número cinco – o AI-5 – que, dentre outras coisas, dava o direito ao presidente de fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, decretando o estado de sítio e



concentrando ainda mais seus poderes, conforme dita o artigo segundo do documento. (AI-5, 1968, Art.2º).



— Foi você, Maria, ou já começou a Lei de Imprensa?

(FORTUNA, 1966, Correio da Manhã)

A imagem contém uma crítica bastante direta, mostra o personagem com um semblante que mistura certa raiva e surpresa ao mirar seu jornal matinal – infere-se que o seja



dadas suas roupas – e vendo que parte das informações contidas nele foram suprimidas, recortadas de lá. A imagem se segue do enunciado que traz as possíveis explicações para a lacuna: ou Maria, provavelmente sua esposa, recortou o jornal ou as autoridades o fizeram por meio da lei da imprensa, implícita no AI-5.

A emenda constitucional de 1968 sufocou a liberdade de expressão endurecendo a cesura, tal endurecimento pode ser sentido se esta charge for comparada com a de Ziraldo publicada em 1975, período em que o ato já vigorava.

(ZIRALDO, 1975, Jornal do Brasil)



Esta imagem, por sua vez, contém uma crítica um tanto quanto mais sutil – se é que é possível dado seu conteúdo de dimensões paquidérmicas. Nota-se que na charge se encontram em evidência dois personagens: um elefante de traje de gala e um sacerdote. Num plano de menor destaque, mas não de menos importância, no canto inferior esquerdo, encontra-se uma formiga de véu e grinalda. É necessário que se enfatize que no trato das imagens, muitas vezes, estes elementos menores tomam grande importância na interpretação tal qual atesta Eduardo França Paiva tratando de pinturas e outras fontes iconográfica e afirmando que

“ ‘talvez todas as pinturas sejam, em certo sentido, um enigma’. Deve-se salientar, entretanto, que os enigmas existem nas composições iconográficas (nem sempre, note-se, concebidos como enigmas pelos autores das imagens, mas de maneira mais frequente, pelo observador *a posteriori*) muitas vezes não estão no plano secundário, no fundo, nos grifos laterais, nas cenas “menos importantes”. [...] Há ocasiões, ainda, em que esses enigmas se convertem em chaves-mestra do historiador, com as quais ele consegue mergulhar no passado histórico e nas suas incontroláveis problemáticas” (PAIVA, 2002, p. 23, grifos nossos)

Visto isso, é muito claro que o autor trás a ilustração da clássica fábula do casamento do elefante e da formiguinha, a união entre incompatíveis. Estes personagens são nomeados de maneira muito singular por Ziraldo e se deslocados do contexto histórico não fazem sentido e, por tanto, não provocam o riso. Estes nomes são Edi-Stensão, a formiga e Athos Sinco, o elefante. Com isso, o chargista faz alusão ao período em que mais se utilizou o Ato Institucional – 5 (Athos Sinco) que foi justamente o da abertura, ou como seu executor preferiu chamar: Distensão (Edi-Stensão). Desta forma sutil o autor atenta para o caráter incompatível dos meios utilizados para determinado fim e da situação paradoxal que se instalou na política brasileira por tais fatos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a riqueza e irreverência do conteúdo humorístico presente nas charges, se constituiu numa forma de resistência a ditadura. A compreensão da imagem, da charge como documento, fragmento de uma realidade histórico-social, desconstruída através da análise do discurso iconológico, elucida importantes embates histórico-sociais. Permite compreender o alcance dessa forma de expressão junto ao social e ao mesmo tempo perceber o “perigo” temido e observado pelos censores do regime. Através do desenvolvimento do trabalho proposto, traz-se à tona o significado implícito das charges/documentos num dado contexto da história, garantindo a preservação do acervo em outro suporte, o digital,



contribuindo para o estudo e compreensão do estado de exceção implantado no país de 1964-1985 e das múltiplas formas de resistência.

## REFERÊNCIAS

**Ato Institucional Número 5.** 11 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_6.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm); Acessado em 20/10/2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERG, Creuza. **Mecanismos do Silêncio: Expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman. **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, pp. 163-80.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da ditadura e da Abertura: Brasil 1964-1985**. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Editora, 1998.

FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Os chistes e sua relação com o inconsciente**. 2 ed. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago Editora LDTA, 1987.

KOSSOI, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, D. C. **Humor e Ensino: J. Carlos e a caricatura no Ensino de História**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, v. 1, p. 4, 2009.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, Repressão e Memória: A Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE de 1930-1945**. Tese de Doutorado. UFPE, Recife -PE, 2007.

